



ACEBRA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO PARA DISCUTIR O FUNRURAL



Na última quarta-feira, 13 de setembro, o Diretor-Executivo Roberto Queiroga esteve no Senado representando a ACEBRA em Audiência Pública da Comissão Mista criada para discutir a Medida Provisória 793/17, que institui o parcelamento das dívidas dos produtores rurais com o Funrural.

Além de Queiroga, representantes de outras entidades do setor agrícola também participaram da audiência: Bruno Lucchi, superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Geraldo Borges, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite); Alberto Broch, vice-presidente e Secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e Paulo Roberto Stöberl, assessor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Os convidados se mostraram muito insatisfeitos com as condições exigidas aos produtores inadimplentes na hora de aderirem ao programa.

Queiroga deixou claro que a ACEBRA gostaria de uma solução definitiva: “o pior dos problemas é a indefinição e insegurança jurídica que tudo isso está causando”, disse. Roberto ainda afirmou o compromisso da associação em ajudar na construção de uma solução: “a ACEBRA está a disposição para ajudar a achar uma solução para que isso seja resolvido definitivamente, mas nós não podemos mais conviver com essa situação, virou bagunça. Nós trabalhamos sério, e quem trabalha sério quer ver as coisas evoluindo”, enfatizou.

O diretor da ACEBRA ainda salientou sobre a questão do prazo de adesão ao parcelamento. Reconhecemos que prazo es-

tipulado é muito pequeno, ainda temos muito o que resolver em relação a própria medida provisória e ao judiciário, nesse período de tempo será impraticável”, declarou.

Segundo Roberto, a ACEBRA sempre se manteve imparcial na questão do Funrural por questões éticas: “desde que essa judicialização começou, a ACEBRA se manteve neutra em relação aos seus associados, até porque é uma grande responsabilidade dizer ao associado o que ele deve fazer. Por isso, em nosso quadro de associados possui algumas empresas que recolheram corretamente e outras não”, informou.

Durante as explanações dos parlamentares, o deputado Heitor Schuch (PSB-RS) disse que o Governo está abrindo mão de receita, ao mesmo tempo em que está estimulando a inadimplência. Deste modo sugeriu uma nova MP estendendo aos que pagaram em dia os impostos devidos ao Funrural a redução das alíquotas. O deputado Luís Carlos Reinze (PP-RS) defendeu os produtores rurais que estão inadimplentes. Para ele, “não se pode rotular de caloteiros os produtores que não pagaram os impostos”.

Ao final, a deputada Tereza Cristina (PSB-MS), relatora, admitiu a falha e afirmou o compromisso em tentar resolver a questão: “a Justiça falhou e, agora, os parlamentares precisam dar uma solução para o problema”, disse. O presidente da comissão mista, senador Dário Berger (PMDB-SC), disse que as dívidas do Funrural: “são um complicado imbróglio jurídico, que terá repercussões importantes para todo o setor agrícola”, e destacou que o setor agrícola responde por 25% do PIB nacional, e por isso o tema exige cautela.